

LEI MUNICIPAL Nº 1117 DE 30/11/77
PROJETO DE LEI Nº 1125

“ INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO”.

O Prefeito Municipal de São Sebastião do Paraíso, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Disposições Preliminares

ARTº 1º - O sistema tributário do Município é regido pela Constituição Federal, pelo Código Tributário Nacional (LEI nº 5.172 de 25/10/ 66), Leis Complementares e por este Código, que institue os tributos, define as obrigações principais e acessórias das pessoas a ele sujeitas e regula o procedimento tributário.

ARTº 2º - O presente Código é constituído de quatro títulos, com a matéria assim distribuída:

I - Título I, que regula os diversos tributos, dispendo so-bre:

a) incidência tributária, pela definição do fato gerador da respectiva obrigação e, quando necessário, de seus elementos essenciais:

b) sujeição passiva tributária, pela definição do contribuente e do responsável;

c) sistemática de cálculo e da alíquota do tributo;

d) instituição do crédito tributário, contendo disposições sobre inscrição e lançamento;

e) arrecadação tributária, contendo disposições sobre formas e prazos de pagamento;

f) ilícito tributário, pela definição das infrações e das respectivas penalidades;

g) dispensa de pagamento dos tributos, pela definição das isenções fiscais;

II - Título II, que dispõe quanto às normas gerais aplicáveis aos tributos, abrangendo regras

sobre:

a) sujeito passivo tributário;

b) lançamento;

c) arrecadação;

d) restituição;

e) infrações e penalidades;

f) imunidades e isenções;

III - Título III, que determina o procedimento fiscal e as normas de sua aplicação;

IV - Título IV, que dispõe sobre a Administração Tributária.

TÍTULO I

DOS TRIBUTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

ARTº 3º - Ficam instituídos os seguintes tributos:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano;

II - Imposto Sobre Serviços;

III - Taxa de Coleta de Lixo;

IV - Taxa de Limpeza Pública;

V - Taxa de Conservação de Calçamento;

VI - Taxa de Iluminação Pública;

VII - Taxa de Serviços de Pavimentação;

VIII- Taxa de Licença para localização e Funcionamento;

IX - Taxa de Licença para Funcionamento em horário Especial;

X - Taxa de Licença para Publicidade;

XI - Taxa de Licença para Execução de Obras;

XII - Taxa de Abate de Gado;

XIII- Taxa de Licença para Ocupação de áreas em vias e logradouros Públicos;

XIV - Contribuição de Melhoria.

Capítulo II Imposto Predial e Territorial Urbano

Seção I Incidência

ARTº 4º - O Imposto Predial e Territorial Urbano é devido pela propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel localizado na zona urbana.

ARTº 5º - O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

1º - Considera-se terreno o bem imóvel:

- a) sem edificação;
- b) em que houver construção paralisada ou em andamento;
- c) em que houver edificação interdita, condenada, em ruína ou em demolição;
- d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ter removida sem destruição, alteração ou modificação.

2º - considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

ARTº 6º - Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana:

I - A área em que existiam, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- a) Meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) Abastecimento de água;
- c) Sistemas de esgotos sanitários;
- d) Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;
- e) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do bem imóvel considerado.

II - A área que, independentemente de sua localização, não seja destinada à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial.

III - A área urbanizável ou de expansão urbana, constante de loteamento aprovado pelo órgão competente, destinada à habitação, à indústria ou ao comércio.

ARTº 7º - A Lei Municipal fixará a delimitação da zona urbana.

ARTº 8º - A incidência do imposto independe:

I - Da legitimidade do Título de aquisição ou de posse do bem imóvel;

II - Do resultado econômico da exploração do bem imóvel;

III - Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativos ao bem imóvel.

SEÇÃO II Sujeito Passivo

ARTº 9º - Contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

PARÁGRAFO ÚNICO - São também contribuintes o provendente comprador imitado na posse, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à União, Estados ou Municípios ou a quaisquer outras pessoas isentas ou imunes.

SEÇÃO III Cálculo do Imposto

ARTº 10º - O Imposto, devido anualmente, será calculado sobre o valor venal do bem imóvel.
ARTº 11º - O valor venal do bem imóvel será determinado:

I - Tratando-se de prédio, pelo valor das construções, obtidos através da multiplicação da área construída pelo valor unitário de metro quadrado equivalente ao tipo e ao padrão da construção, aplicados os fatores de correção, somado ao valor do terreno, ou de parte ideal, obtido nas condições fixadas no inciso seguinte;

II - Tratando-se de terreno, pela multiplicação de sua área pelo valor unitário de metro quadrado de terreno, aplicados os fatores de correção.

1º - O Poder Executivo poderá instituir fatores de correção relativos às características próprias ou à situação do bem imóvel, que serão aplicados, em conjunto ou isoladamente na apuração do valor venal.

ARTº 12º - Constituem instrumentos para a apuração da base de cálculo do Imposto:

- a) Planta de valores de terrenos, estabelecida pelo Poder Executivo, que indique o valor do metro quadrado dos terrenos em função de sua localização;
- b) As informações de órgãos Técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções em função dos respectivos tipos;
- c) Fatores de correção de acordo com a situação pedologia e topografia dos terrenos e fatores de correção de acordo com a categoria e estado de conservação dos prédios.

ARTº 13º - Sem prejuízo da edição da planta de valores, o Poder Executivo atualizará os valores unitários de metro quadrado de terreno e de construção:

I - Mediante a adoção de índices oficiais de correção monetária;

II - Levando em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas, recebidos pela área onde se localiza o bem imóvel, ou os preços correntes do mercado.

ARTº 14º - No cálculo do imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

I - 1% (Hum por cento) tratando-se de terreno

II - 0,5% (meio por cento) tratando-se de prédio.

SEÇÃO IV

Lançamento

ARTº 15º - Os imóveis situados na zona urbana do Município serão cadastrados pela Administração.

ARTº 16º - A inscrição no cadastro Imobiliário é obrigatória, devendo ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

ARTº 17º - Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel abstraindo-se a descrição contida no respectivo título de propriedade.

ARTº 18º - O cadastrado imobiliário, sem prejuízos de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

1º - O contribuinte promoverá inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária, nos termos do artigo 17, e a alteração, quando ocorrer modificação nos dados contidos no cadastro.

2º - A inscrição será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias contados da formação da unidade imobiliária, ou, quando for o caso, da convocação por edital ou do despacho publicado no órgão oficial do Município.

3º - a alteração será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias, contados da data da ocorrência da modificação, inclusive nos casos de:

- I - Conclusão da construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;
- II - Aquisição da propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel.

4º - A Administração poderá promover, de ofício, inscrições e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, por não terem sido efetuadas, pelo contribuinte ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.

ARTº 19º - Serão objeto de uma única inscrição:

- I - A gleba da terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento depende de realização de obras de arruamento ou de urbanização;
- II - A quadra indivisa de área arrendadas.

ARTº 20º - A retificação da inscrição, ou de sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado só é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamenta.

ARTº 21º - O lançamento do Imposto será:

- I - Anual, ocorrendo o fato gerador no primeiro dia de cada exercício;
- II - Distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo.

ARTº 22º - O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro, levando em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

1º - Tratando-se de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do Imposto poderá ser procedido, indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador;

2º - O lançamento de bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

3º - Na hipótese de condomínio, o lançamento será precedido:

- a) Quando “pro indiviso”, em nome de um ou de qualquer dos co-proprietários;
- b) Quando “pro_diviso”, em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

ARTº 23º - Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários a fixação da base de cálculo do Imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, arbitrados os dados físicos do bem imóvel, sem prejuízo de outras cominações ou penalidades.

SEÇÃO V

Arrecadação

ARTº 24º - O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

SEÇÃO VI

Infrações e Penalidades

ARTº 25º - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - Multas de 30% (Trinta por cento) sobre o valor do Imposto, nas hipóteses de:

- a) Falta de inscrição do imóvel ou de alteração de seus dados Cadastrais;
- b) Erro, omissão ou falsidade nos dados de inscrição do imóvel ou nos dados da

alteração.

SEÇÃO VIII

Isenções

ARTº 26º - Desde que cumpridas as exigências da legislação, fica isento do Imposto do bem imóvel:

- a) Pertencente a particular, quando cedido gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou do Município, ou de suas autarquias;
- b) Pertencente a agremiação desportiva licenciada e filiada à federação esportiva estadual, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício das suas atividades sociais;
- c) Pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que destine a congregar classes patronais ou trabalhadores com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo.
- d) Pertencentes às sociedades civis sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;
- e) Declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a umissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;
- f) Cujo valor venal não ultrapasse a 200% da Unidade de referência definida para as taxas.

CAPÍTULO III

Imposto sobre serviços

Seção I

Incidência

ARTº 27º - O Imposto sobre Serviços é dividido pela prestação de serviços realizados por empresa ou profissional autônomo, independentemente:

- I - Da existência de estabelecimento fixo;
- II - Do resultado financeiro do exercício da atividade;
- III - Do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- IV - Do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício.

ARTº 28º - Para os efeitos de incidência do Imposto, considera-se local da prestação do serviço:

- a) O estabelecimento prestador;
- b) Na falta de estabelecimento, o domicílio do prestador;
- c) Aquele em que se efetuar a prestação, no caso de construção civil.

ARTº 29º - Sujeitam-se ao Imposto os serviços de:

- 1 - Médicos, dentistas e veterinários.
- 2 - Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos.
- 3 - Laboratórios de análises clínicas e eletrificadas médicas.
- 4 - Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica.
- 5 - Advogados ou provisionados.
- 6 - Agentes da propriedade industrial.
- 7 - Agentes da propriedade artística ou literária.
- 8 - Peritos e avaliadores.
- 9 - Tradutores e intérpretes.
- 10- Despachantes.
- 11- Economistas.
- 12- Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade.
- 13- Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros concernentes a ramo de indústria ou comércio explorados pelo prestador do serviço).

- 14- Datilografia, estilografia, secretaria e expediente.
- 15- administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras).
- 16- Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.
- 17- Engenheiros, arquitetos, urbanistas.
- 18- Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos.
- 19- Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviço, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitas ao I.C.M.).
- 20- Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores neles instalados), estradas, pontes e cangêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitas ao I.C.M.).
- 21- Limpeza de imóveis.
- 22- Raspagem e lustração de assoalhos.
- 23- Desinfecção e higienização.
- 24- Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto lustrado).
- 25- Barbeiros, cabelereiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza.
- 26- Banhos, duchas, massagens, ginastica e congêneres.
- 27- Transporte e comunicação, de natureza estreitamente municipal.
- 28- Diversões públicas:
 - a) Teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, taxi - dancings e congêneres;
 - b) Exposições com cobrança de ingresso;
 - c) Bilhares, boliches e outros jogos permitidos;
 - d) Bailes, “shous”, festivais, recitais e congêneres;
 - e) Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizações em auditórios de estações de rádio ou de televisão;
 - f) Execução de música, individualmente ou por conjuntos;
 - f) Fornecimento de música mediante transmissão por qualquer processo.
- 29- Organização de festas; “buffet” (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitos ao I.C.M.).
- 30- Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo.
- 31- Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos itens 58 e 59.
- 32- Agenciamento e representação de qualquer.
- 33- Análises técnicas.
- 34- Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres.
- 35- Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio.
- 36- Armazens gerais, armazens frigoríficos e silos; carga, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda - móveis e serviços correlatos.
- 37- Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras).
- 38- Guarda e estacionamento de veículos.
- 39- Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços).
- 40- Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substituição de peças aplica-se o disposto no item 41).
- 41- Conserto e restauração de quaisquer objetos (inclusive, em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias).

- 42- Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviço fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias).
- 43- Pinturas (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização ou industrialização.
- 44- Ensino de qualquer grau ou natureza.
- 45- Alfaiates, modistas, costureiros, prestados ao usuário final, quando o material, salvo o aviamento, seja fornecido pelo usuário.
- 46- Tinturaria e lavanderia.
- 47- Beneficamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização.
- 48- Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (excetuá-se a prestação do serviço ao poder público, autarquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica).
- 49- Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço.
- 50- Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive relevação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação de “video” par te-levisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive du-blagem e “miscagem” sonora.
- 51- Cópia de documentos e outros papeis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior.
- 52- Locação de bens móveis.
- 53- Composição gráfica, leicheria, zincografia, litografia e fotolitografia.
- 54- Guarda, tratamento e amestramento de animais.
- 55- Florestamento e reflorestamento.
- 56- Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução, que fica sujeito ao I.C.M.).
- 57- Recachutagem ou regeneração de pneumáticos.
- 58- Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros.
- 59- Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuídas de títulos e valores e sociedades de corretores, regular-mente autorizadas a funcionar).
- 60- Encadernação de livros e revistas.
- 61- Aerofotogrametria.
- 62- Cobranças, inclusive de direitos autorais.
- 63- Distribuição de filmes cinematográficos e de “video-tapes”.
- 64- Distribuição e venda de bilhetes de loteria.
- 65- Empresas funerárias.
- 66- Taxidermista.

SEÇÃO II

Sujeito Passivo

ARTº 30º - Contribuinte do Imposto é o prestador do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não são contribuintes os que prestem serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

ARTº 31º - Será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto a empresa que se utilizar de serviços de terceiro quando:

I - O prestador do serviço não emitir fatura, nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração.

II - O prestador do serviço não apresentar comprovante de inscrição ou documento comprobatório imunidade ou isenção.

PARÁGRAFO ÚNICO - A fonte pagadora deverá dar ao contribuinte o comprovante de retenção a que se refere este artigo.

ARTº 32º - Será também responsável pela retenção e recolhimento do Imposto, o proprietário do bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro, quanto aos serviços previstos nos itens 19 3 20 da lista de serviços, prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem a prova de pagamento do Imposto.

ARTº 33º - A retenção na fonte só poderá ser efetuada após o término do prazo fixado para o pagamento da 1ª parcela do Imposto.

SEÇÃO III Cálculo do Imposto

ARTº 34º - O Imposto será calculado, segundo o tipo de serviço prestado, mediante a aplicação de alíquota sobre o preço do serviço, quando o prestador do serviço for empresa ou a ela equiparado, ou sobre a Base de cálculo de Cr\$ 40.000,00, quando o prestador do serviço for profissional autônomo, de conformidade com a tabela do Anexo I.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor referido neste artigo será corrigido anual e automaticamente em 1ª de janeiro, em função dos Índices de atualização monetária baixados por decreto do Poder Executivo Federal.

ARTº 35º - O profissional autônomo que utilizar mais de dois empregados a qualquer título, na execução de atividade inerente a sua categoria profissional, fica equiparado a pessoa jurídica para efeito de pagamento do Imposto.

ARTº 36º - Quando os serviços a que se referem os itens 1,2,3,5,6,11,12 e 17 da lista de serviços forem prestados por sociedade, estas ficam sujeitas ao Imposto, mediante a aplicação de alíquota, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou terceiro, que preste serviços em nome da sociedade.

ARTº 37º - O Imposto retido na fonte será calculado aplicando-se a alíquota fixada na tabela do Anexo I, sobre o preço do serviço.

ARTº 38º - Na hipótese de serviços prestados por pessoa jurídica, enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista de serviços, o imposto será calculado de acordo com as diversas incidências e alíquotas estabelecidas na tabela do Anexo I.

PARÁGRAFO ÚNICO - O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o Imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

ARTº 39º - Na hipótese de serviços prestados por profissionais autônomos enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista de serviços, o Imposto será calculado mediante a aplicação da alíquota mais elevada.

ARTº 40º - Preço do serviço é a importância relativa à receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que o título de subempreitada de serviços, frete, despesas ou imposto.

1º - Na prestação dos serviços a que se referem os itens 19 e 20 da lista, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

- a) ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços;
 - b) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo Imposto.
 - c)
- 2º - Constituem parte integrante do preço:

- a) os valores acrescidos e os encargos de quaisquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;
- b) os ônus relativos à concessão do crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade.

3º - Não integram o preço do serviço os valores relativos a descontos ou abatimentos sujeitos a condição, desde que prévia e expressante contratados.

ARTº 41º - A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

ARTº 42º - Proceder-se-á ao arbitramento para apuração do preço fundamentadamente, sempre que:

- a) o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração em dia;
- b) o contribuinte, depois de intimado, deixar de exhibir os livros fiscais de utilização

obrigatória;

- c) ocorrer fraude ou sonegação de dados julga dos indispensáveis ao lançamento;
- d) sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
- e) o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

SEÇÃO IV

Lançamento

ARTº 43º - Os prestadores de serviços serão cadastrados pela Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO - O cadastro econômico social, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

ARTº 44º - O contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo número do cadastro econômico social, o qual deverá constar de qualquer documentos, inclusive recibos e notas fiscais.

ARTº 45º - A inscrição deverá ser promovida pelo contribuinte, em formulário próprio, mencionado os dados necessários à perfeita identificação dos serviços prestados.

1º - A inscrição será efetuada dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados do início da atividade do contribuinte;

2º - Na hipótese de o contribuinte deixar de promover a inscrição, esta será procedida de ofício, sem prejuízo de aplicação de penalidades;

3º - A inscrição deverá ser feita uma para cada estabelecimento ou local de atividade, ainda que pertencentes à mesma pessoa, salvo em relação ao ambulante, que fica sujeito a inscrição única.

4º - Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única, pelo local do domicílio do prestador do serviço.

5º - A inscrição poderá ser dispensada quando o prestador do serviço já possuir a licença de localização e funcionamento para o desempenho de suas atividades.

ARTº 46º - Os dados apresentados na inscrição deverão ser alterados pelo contribuinte dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam afetar o lançamento do Imposto.

1º - O prazo previsto neste artigo deverá ser observado quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento, de transferência de ramo ou de encerramento da atividade.

2º - A Administração poderá promover, de ofício, alterações cadastrais.

ARTº 47º - Sem prejuízo de inscrição e respectivas alterações, o Poder Executivo poderá sujeitar o contribuinte a apresentação de uma declaração de dados para fins estatísticos e de fiscalização na forma regulamentar.

ARTº 48º - O Imposto será lançado.

I - Uma única vez no exercício a que corresponde o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou pelas sociedades, previstas nesta Lei;

II - Mensalmente, quando a base de cálculo for o preço dos serviços.

ARTº 49º - Os contribuintes do Imposto caracterizados como empresa ficam obrigados a:

I - Manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II - Emitir notas fiscais de serviços, ou outro documento admitido pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

ARTº 50º - O Poder Executivo poderá definir os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

1º - Os livros e documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e

prazos regulamentares;

2º - Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

3º - A autoridade administrativa, por despacho fundamentado, e tendo em vista a natureza do serviço prestado, poderá obrigar a manutenção de determinados livros especiais, ou autorizar a sua dispensa, e permitir a emissão e utilização de notas e documentos especiais.

ARTº 51º - Sendo insatisfatório os meios normais de fiscalização, o Poder Executivo poderá exigir a adoção de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

SEÇÃO V

Arrecadação

ARTº 52º - O Imposto será paga na forma e prazo regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO - Tratando-se de lançamento de ofício, o Imposto será pago no prazo mínimo de 20 (vinte) dias, contados da notificação.

ARTº 53º - Quando o volume ou a modalidade dos serviços aconselhar tratamento fiscal diferente, a autoridade administrativa poderá exigir ou autorizar o recolhimento do Imposto por estimativa.

1º - O enquadramento do contribuinte no regime da estimativa poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividade, independentemente:

- a) de estar o contribuinte obrigado a escrita fiscal ou contábil;
- c) do tipo de constituição da sociedade.

2º - O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades.

3º - A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas do Imposto.

4º - Na hipótese de o contribuinte sonegar ou destruir documentos necessários à fixação de estimativa, esta será arbitrada, sem prejuízo de outras penalidades.

ARTº 54º - No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I - Com base em informações do contribuinte ou em outros elementos, serão estimados o valor dos serviços tributáveis e o do Imposto total a recolher no exercício ou período, parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensais.

II - Findo o exercício ou o período da estimativa, ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados o preço dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição do Imposto pago a maior;

III - Verificada qualquer diferença entre o montante do Imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido, a mesma será:

- a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público quando a esta for devido;
- b) restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando, na hipótese do inciso II deste artigo, o preço escriturado não refletir o preço dos serviços à administração poderá abirtrá-lo, por meios de diretos e indiretos.

ARTº 55º - Sempre que o volume ou a modalidade dos serviços o aconselhe, e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributárias, a Administração poderá autorizar a adoção de regime especial para o pagamento do Imposto.

SEÇÃO VI

Infrações e Penalidades

ARTº 56º - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de importância igual a 0,5% da Base de cálculo, referida no art. 34, nos casos de:

- a) falta de inscrição ou de sua alteração.
- b) inscrição, ou sua alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência do ramo de atividade, fora do prazo;

II - multa de importância igual a 1,5% da Base de cálculo referida no art. 34, nos casos de:

- a) falta de livros fiscais;
- b) falta de escrituração do Imposto devido;
- c) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;
- d) falta do número de cadastro de atividades em documentos fiscais.

III - multa de importância igual a 2,5% da Base de Cálculo referida no art. 34, nos casos de:

- a) falta de declaração de dados;
- b) erro, omissão ou falsidade na declaração de dados.

IV - multa de importância igual a 5% da Base de cálculo referida no art. 34, nos casos de:

- a) falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
- b) falta ou recusa na exibição de livros ou documentos fiscais;
- c) sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços ou da fixação da

estimativa;

- d) embaraçar ou ilidir a ação fiscal.

V - multa de importância igual a 50% sobre a diferença entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do Imposto.

VI - multa de importância igual a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do Imposto, no caso de falta de recolhimento do Imposto, apurado por procedimento tributário;

VII - multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do Imposto, no caso de não retenção do Imposto devido;

VIII - multa de importância igual a 200% (duzentos por cento) sobre o valor do Imposto, no caso da falta de recolhimento do Imposto retido na fonte.

SEÇÃO VII

Isenções

ARTº 57º - Desde que cumpridas as exigências da legislação, ficam isentos do Imposto os serviços;

- a) prestados por engraxates ambulantes;
- b) prestados por associações culturais;
- c) de diversão pública, consistentes em espetáculos desportivos, sem venda de ingressos, pules ou talões de apostas, ou em jogos e exposições competitivas, realizados entre associações ou conjuntos;
- d) de diversão pública, com fins beneficentes, ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar.

Taxas de serviços Urbanos - Capítulo IV - Taxa de Coleta de lixo.

SEÇÃO I

Incidência

ARTº 58º - A taxa de coleta de lixo tem como fato gerador a Coleta e remoção do lixo de imóvel edificado.

PARÁGRAFO ÚNICO - As remoções especiais de lixo que excedam a quantidade máxima fixada pelo executivo serão feitas mediante o pagamento de preço público.

SEÇÃO II

Sujeito Passivo

ARTº 59º - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel edificado situado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III Cálculo da Taxa

ARTº 60º - A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado à sua disposição e será calculada em função da utilização e da área edificada do imóvel, de acordo com a tabela do anexo VIII.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 61º - A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couberem as normas estabelecidas para o Imposto Predial e territorial Urbano.

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 62º - A taxa será paga nas formas e prazos regulamentares.

Capítulo v Taxa e Limpeza Pública

SEÇÃO I Incidência

ARTº 63º - A taxa tem como fato gerador os serviços prestados em logradouro públicos, que objetivem manter limpa a cidade, tais como:

- a) varrição, lavagem, e irrigação;
- b) Limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e córregos.
- c) Capinação;
- d) desinfecção de locais e insalubres.
- e)

PARÁGRAFO único - Na hipótese da prestação de mais de um serviço, haverá uma única incidência.

SEÇÃO II Sujeito Passivo

ARTº 64º - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel lindeiro a logradouro público onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, qualquer dos serviços mencionados no artigo anterior.

PARÁGRAFO único - Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III Cálculo da Taxa

ARTº 65º - A taxa tem como finalidade o custeio dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocado a sua disposição, e será calculada a razão do 0,3% da unidade de Referência, definida nas Disposições Finais deste código, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 66º - A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, como base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 67º - A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

Capítulo VI Taxa e Conservação de Calçamento

SEÇÃO I Incidência

ARTº 68º - A taxa tem como fato gerador a prestação dos serviços de reparação e manutenção das vias e logradouros públicos pavimentados, inclusive os de acondicionamento de meio-fio, na zona urbana do município.

SEÇÃO II Sujeito Passivo

ARTº 69º - Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título bem imóvel limítrofo a logradouro público, onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços especificados no artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se também limítrofo o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III Cálculo da taxa

ARTº 70º - A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte, ou posto a sua disposição e será calculada a razão de 0,3% da Unidade de Referência, definida nas Disposições Finais deste código, por metro linear detestada do imóvel beneficiado pelos serviços.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 71º - A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e territorial Urbano.

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 72º - A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

Capítulo VII Taxa de iluminação Pública

SEÇÃO I Incidência

ARTº 73º - A taxa tem como fato gerador o fornecimento de iluminação nas vias e logradouros públicos.

SEÇÃO II

Sujeito Passivo

ARTº 74º - Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro a logradouro público beneficiado pelo serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III

Cálculo da Taxa

ARTº 75º - A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a sua disposição, e será calculada de conformidade com o convênio firmado entre o Município e a empresa fornecedora e energia elétrica, conforme lei nº 967 de 07 de dezembro de 1973.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Taxa de iluminação Pública também incidirá “sobre o imóvel constituído por lote vago, que se situe em logradouro que se sirva ou venha a servir-se de iluminação Pública, taxado à razão de 0,5% da unidade de referência, definida nas disposições finais deste código, por metro linear detestada do imóvel, beneficiado pelo serviço.

ARTº 76º - As taxas serão lançadas anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados constantes do cadastro imobiliário, aplicando-se no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e territorial Urbano.

SEÇÃO V

Arrecadação

ARTº 77º - A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO VIII

Taxa de Serviços de Pavimentação

SEÇÃO I

Incidência

ARTº 78º - A taxa é devida, uma única vez, pela utilização, efetiva ou pontencial, de qualquer dos seguintes serviços:

- I - pavimentação da parte carroçavel das vias e logradouros públicos;
- II - substituição da pavimentação anterior por outra.
- III- serralplanagem Superficial;
- IV - Obras de escoamento local;
- V - Colocação de Guias e sargetas;
- VI - Consolidação do leito carroçável.

ARTº 79º - Antes de iniciados os serviços de pavimentação, a Prefeitura divulgará aviso, pela Imprensa oficial ou em órgão de circulação local, especificando:

- I - As ruas, trechos ou área que serão pavimentadas;
- II - O custo orçado da obra e o seu prazo de duração;
- III- A firma empreiteira, subempreiteira ou contratante que realizará o serviço, se o serviço for executado por terceiros;
- IV - A área total a ser pavimentada e o custo do metro quadrado de pavimentação;
- V - O tipo de pavimentação, bem como outras características que serviam para identificá-la.

SEÇÃO II

Sujeito Passivo

ARTº 80º - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor a

qualquer título de bem imóvel lindeiro a lo-gradouro público beneficiado pelos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III Cálculo de Taxa

ARTº 81º - A taxa será calculada multiplicando-se o número de metros de testada ideal do imóvel beneficiado pela pavimentação, pela metade da largura carroçavel e pelo custo do metro quadrado pavimentado.

ARTº 82º - A testada ideal e seu cálculo serão objeto de regulamento.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 83º - Realizado o serviço de pavimentação e conhecido o seu custo, este será publicado e serão fixadas as respectivas cotas pela repartição competente.

ARTº 84º - A taxa será lançada em nome do contribuinte, no exercício seguinte, com base nos dados do cadastro imobiliário.

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 85º - A taxa será paga parceladamente, de conformidade com o disposto em regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento feito de uma só vez e até a da-ta de vencimento da primeira parcela gozará do desconto de 20%.

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Capítulo IX TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I Incidência

ARTº 86º - Nenhum estabelecimento comercial, Industrial, prestador de serviços, agropecuário, e de demais atividades poderá localizar-se no Município, sem prévio exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou permissão do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivo, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

PARÁGRAFO ÚNICO - Pela prestação dos serviços de que trata o Caput deste artigo cobrar-se-á a Taxa independentemente da concessão da licença.

ARTº 87º - A licença será válida para o exercício em que for concedido, ficando sujeita a renovação no exercício seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

SEÇÃO II Sujeito Passivo

ARTº 88º - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que explore qualquer atividade em estabelecimento sujeita à descalização.

SEÇÃO III Cálculo da Taxa

ARTº 89º - A taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo II a esta Lei.

1º - No caso de atividades múltiplas exercidas no mesmo local, a Taxa será calculada e devida sobre a que estiver sujeita ao maior ônus fiscal.

2º - No caso de despacho desprovável definitivo, ou desistência do pedido de licença, a Taxa será devida em 25% do seu valor, equiparando-se a abandono do pedido, a falta de qualquer providência, da parte interessada que importe em arquivamento do processo.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 90º - A taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal.

ARTº 91º - O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 20 dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I - alteração da razão social ou do ramo de atividade.

II - alteração na forma societária

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 92º - A taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPÍTULO X TAXA DE LICENÇA PARA O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

SEÇÃO I Incidência

ARTº 93º - A taxa é devida pela atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento.

SEÇÃO II Sujeito Passivo

ARTº 94º - Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito a fiscalização.

SEÇÃO III Cálculo da Taxa

ARTº 95º - A taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo III a esta Lei.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 96º - A taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do Cadastro fiscal.

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 97º - A taxa será arrecadação de acordo com o disposto em regulamento.

CAPÍTULO XI TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

SEÇÃO I Incidência

ARTº 98º - A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, seja em vias e logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso ao público.

ARTº 99º - Não estão sujeito a taxa os dizeres indicativos relativos a:

- a) hospitais, casas de saúde e congêneres, sítios, granjas, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas;
- b) propaganda eleitoral, política, atividade sindical, culto religioso e atividade da administração pública;
- c) expressões de propriedade e de indicação.

SEÇÃO II Sujeito Passivo

ARTº 100º - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade definida na Seção I deste capítulo.

SEÇÃO II Cálculo da Taxa

ARTº 101º - A taxa será calculada de acordo com a tabala do anexo IV.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 102º - A taxa será lançada em nome da pessoa que desempenhe a atividade de publicidade.

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 103º - A taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPÍTULO XII TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

SEÇÃO I Incidência

ARTº 104º - A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que pretenda realizar obras particulares de construção civil, de qualquer espécie, bem como pretenda fazer arruamentos ou loteamentos em terrenos particulares.

SEÇÃO II Sujeito Passivo

ARTº 105º - Contribuinte da Taxa é a pessoa interessada na realização das obras sujeitas a licenciamento ou a fiscalização do Poder Público.

SEÇÃO III Cálculo da Taxa

ARTº 106º - A taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo V.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 107º - A Taxa será lançada em nome do contribuinte uma única vez.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese do deferimento do pedido e não início da obra no prazo de 6 meses, ocorrerá nova incidência da Taxa.

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 108º - A taxa será arrecadada na entrada do requerimento de concessão da respectiva licença.

CAPÍTULO XIII TAXA DE ABATE DE GADO

SEÇÃO I Incidência

ARTº 109º - O abate de gado destinado ao consumo público, quando feito fora de matadouro municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, precedida de inspeção sanitária.

ARTº 110º - A taxa tem como fato gerador a inspeção sanitária de que trata o artigo anterior.

SEÇÃO II Sujeito Passivo

ARTº 111º - O contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no abate de gado.

SEÇÃO III Cálculo da Taxa

ARTº 112º - A taxa será calculada de acordo com a tabela do anexo VI.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 113º - A taxa será lançada em nome do contribuinte sempre que for requerida a respectiva licença.

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 114º - A taxa será arrecadada no ato do requerimento, independentemente da concessão da licença.

CAPÍTULO XIV

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I Incidência

ARTº 115º - A taxa tem como fato gerador a permissão e fiscalização da ocupação em vias e logradouros públicos.

SEÇÃO II Sujeito Passivo

ARTº 116º - Contribuinte da Taxa é a pessoa que ocupa as áreas referidas no artigo anterior, incluídos entre outros os feirantes, ambulantes que ocupem áreas superiores a 1 (hum) m², os proprietários de barraquinhas ou quiosques e de veículos destinados a atividades comerciais ou de prestação de serviços.

SEÇÃO III Cálculo da Taxa

ARTº 117º - A taxa será calculada de acordo com a tabela do anexo VII.

SEÇÃO IV Lançamento

ARTº 118º - A taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal.

SEÇÃO V Arrecadação

ARTº 119º - A taxa será arrecadada de acordo com o disposto do regulamento.

CAPÍTULO XV INFRAÇÕES E PENALIDADES RELATIVAS AS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA

ARTº 120º - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - Cassação de licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão.

II - Multa de 100% do valor da taxa, no exercício de qual-quer atividade sujeita ao poder de polícia sem a respectiva licença.

III - Multa de 25% do valor da taxa no caso de não observância do disposto no art. 91.

PARÁGRAFO ÚNICO - O contribuinte da Taxa de licença para localização e funcionamento estará sujeito ao fechamento do estabelecimento quando deixar de cumprir as intimações expedidas pela Prefeitura.

CAPÍTULO XVI Da Contribuição de Melhoria

ARTº 121º - A contribuição de melhoria cobrada pelo município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

ARTº 122º - O Executivo Municipal, com base em critérios de oportunidade e conveniência, e observadas as normas fixadas no Dec. Lei nº 195 de 24/02/1967, determinará, em cada caso, mediante decreto, as obras de-verão ser custeada, no todo ou em parte, pela contribuição de melhoria.

TÍTULO II DAS NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I Sujeito Passivo

ARTº 123º - A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre do fato de a pessoa encontrar-se nas situações previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A capacidade tributária passiva independe:

I - Da capacidade civil das pessoas naturais;

II - De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

ARTº 124º - São pessoalmente responsáveis:

I - O adquirente ou remitente, pelos débitos relativos a bem imóvel, existentes à data do título de transferência, salvo quando conte desta prova de pela quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do “de cujus”, existentes até a data da partilha ou adju-dicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III - O espóleo, pelos débitos tributários do “de cujus” e-xistentes à data de abertura da sucessão.

ARTº 125º - A pessoa jurídica de direito privado, que resul-tar de fusão, transformação ou incorporação de outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas, trans-formadas ou incorporadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual.

ARTº 126º - Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade de bem imóvel já lançado por pessoa jurídica imune, nencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano respondendo por elas o alienante.

ARTº 127º - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquiriu de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva explora-ção, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividades tributados;

II - Subsidiariamente com o alienante se este prosseguir na exploração ou iniciar dnetrode 6 (seis) meses, contados da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

ARTº 128º - Respondem solidariamente com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pela omissões por que forem responsáveis:

I)- Os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;

II) - Os tutores e curadores, pelo débitos tributários dos seus tutelados ou curatelados;

III)- Os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV) - O inventariante, pelos débitos tributários do espólio;

V) - O síndico e o comissário, pelos débitos tributários da massa falida ou do concordatário;

VI) - Os tabeliões, escrivões, e demais serventuários de ofí-cio, pelos tributos devidos sobre os atos praticados, por eles ou perante e-les, em razão de seu ofício;

VII)- Os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo somente se aplica, quanto a penalidades, às de caráter moratório.

ARTº 129º - São pessoalmente responsáveis pelos créditos cor-respondentes a obrigações tributárias resultantes de atos práticos com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I) - As pessoas referidas no artigo anterior;
- II)- Os mandatários, os prepostos e prepostos e empregados;
- III)- Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

CAPÍTULO II

Lançamento

ARTº 130º - Compete privativamente à autoridade administrati-va constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montan-te do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

PARÁGRAFO ÚNICO - A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

ARTº 131º - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então nº gente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribui responsabilidade tributária a terceiros.

2º - O disposto neste artigo não se explica aos impostos lan-çados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressa-mente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

ARTº 132º - O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

1º - Quando o contribuinte eleger domicílio tributário fora do território do Município, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

2º - A notificação far-se-á por edital na impossibilidade da entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

ARTº 133º - A notificação de lançamento conterá:

- I)- O nome do Sujeito Passivo;
- II) - O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- III)- A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- IV) - O prazo para recolhimento do tributo;
- V) - O comprovante para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
- VI) - O domicílio tributário do sujeito passivo.

ARTº 134º - O lançamento do tributo independe:

I)- Da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II) - Dos efeitos efetivamente ocorridos.

ARTº 135º - O lançamento do tributo não implica em reconhecimento da legitimidade de propriedade, de domínio útil, ou de posse de bem imóvel, nem da regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

ARTº 136º - Enquanto não exista o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

CAPÍTULO III

Arrecadação

ARTº 137º - O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte, responsável ou terceiro, em moeda corrente, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

1º - Será permitido o pagamento por meio de cheque, respeitadas as normas legais pertinentes, considerando-se extinto o débito somente com o resgate da importância pelo sacado.

2º - Considera-se pagamento do respectivo tributo, por parte do contribuinte o recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos pre-vistos em lei, e desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato ressalvada a responsabilidade do contribuinte quanto à liquidação do crédito fiscal.

ARTº 138º - O contribuinte que optar pelo pagamento do débito em quota única poderá gozar do desconto de 10%.

ARTº 139º - Todo recolhimento deverá ser efetuado em órgão arrecador da Prefeitura ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de sua nulidade.

ARTº 140º - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I - Quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II - Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

ARTº 141º - É facultada à Administração a cobrança em conjunto, de Impostos e Taxas, observadas as disposições da legislação tributária.

ARTº 142º - A aplicação de penalidades não dispensa o cumprimento da obrigação tributária principal ou acessória.

ARTº 143º - A falta de pagamento do débito tributário nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de procedimento tributário, importará na cobrança, em conjunto dos seguintes acréscimos:

I - Multas de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 60 (sessenta) dias após o vencimento;

c) 30% (trinta por cento), sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II - Juros de mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês devidos a partir do mês imediato ao do seu vencimento, considerado mês qualquer fração;

III - Correção monetária do débito, mediante a aplicação dos coeficientes de atualização aprovados pela Administração Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na existência de depósito administrativo premanitório da correção monetária, o acréscimo previsto no inciso III deste artigo será exigido apenas sobre o valor da importância não coberta pelo depósito.

ARTº 144º - O débito não recolhido no seu vencimento, respeitado o disposto no artigo anterior, se constituirá em Dívida Ativa para efeito de cobrança judicial, desde que regularmente inscrito na repartição administrativa competente.

ARTº 145º - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

PARÁGRAFO ÚNICO - A prescrição se interrompe:

I - Pela citação pessoal feita ao devedor;

II - Pelo protesto judicial;

III - Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - Por qualquer ato inequívoco, ainda que extra-judicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

ARTº 146º - O débito vencido poderá, a critério do órgão fazendário, ser parcelado em até 10 pagamentos iguais, mensais e sucessivas.

1º - O parcelamento só será deferido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida.

2º - O não pagamento da prestação na data fixada no respectivo acordo importa na imediata cobrança judicial, ficando proibida a sua re-novação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

CAPÍTULO IV Restituição

ARTº 147º - O sujeito terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo, nos seguinte casos:

- I - Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.
- III - Reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória.

ARTº 148º - O pedido de restituição, que dependerá de requerimento da parte interessada, somente será conhecido desde que, juntada notificação da Prefeitura que acuse crédito do contribuinte, ou prova de pagamento do tributo, com apresentação das razões da ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

ARTº 149º - A restituição do tributo que, por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

ARTº 150º - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias que tiverem sido recolhidos, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicados pela causa da restituição.

1º - A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

2º - Será aplicada a correção monetária relativamente à importância restituída.

ARTº 151º - O despacho em pedido de restituição deverá ser efetivado dentro do prazo de um ano, contado da data do requerimento da parte interessada.

ARTº 152º - A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação com crédito tributário do sujeito passivo.

ARTº 153º - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, conta-dos:

- I - Nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 147, da data da extinção do crédito tributário;
- II - Na hipótese do inciso III do artigo 147, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformada, anulado ou revogado a decisão condenatória.

CAPÍTULO V INFRAÇÕES E PENALIDADES

ARTº 154º - Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na Lei tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade por infrações da legislação tributária, independe da intenção do agente, ou do responsável, da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

ARTº 155º - Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiem.

ARTº 156º - O contribuinte, o responsável, ou demais pessoas envolvidas em infrações, poderão apresentar denúncia espontânea de infração da obrigação acessória, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depende de apuração.

1º - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

2º - A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia

espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

ARTº 157º - A lei tributária que define infração ou comina penalidade, aplica-se a fatos anteriores à sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando:

- I - Exclua a definição do fato como infração;
- II - Comina penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato.

CAPÍTULO VI IMUNIDADE E ISENÇÕES

ARTº 158º - É vedado ao Município instituir imposto sobre:

- I - O patrimônio ou os serviços da União, dos Estados e do Distrito Federal;
- II - Os templos de qualquer culto, assim considerados os locais onde se celebram as cerimônias públicas;
- III - O patrimônio cujos serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social.

1º - O disposto no inciso I é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incida sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

ARTº 159º - O disposto no inciso III do artigo anterior é subordinado a observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidos:

- I - Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, o título de lucro ou participação no seu resultado;
- II - Aplicarem integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III - Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revertidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente suspenderá a aplicação do benefício.

ARTº 160º - A imunidade não exclui o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, sujeitando-se a sua desobediência à aplicação de penalidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo abrange, também a prática do ato, previsto em lei, assecutorio do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros;

ARTº 161º - A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

ARTº 162º - A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

ARTº 163º - A documentação do primeiro pedido de reconhecimento de imunidade ou de isenção que comprove os requisitos para a concessão do benefício, poderá servir para os exercícios fiscais subsequentes, devendo contribuinte, no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior e, se for o caso, oferecer as provas relativas ao novo exercício fiscal.

TÍTULO III DO PROCEDIMENTO FISCAL

CAPÍTULO I PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

ARTº 164º - O procedimento fiscal terá início com:

- I - A lavratura do auto de infração;
- II - A lavratura do termo de apreensão de livros ou de documentos fiscais;
- III - A impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente;

ARTº 165º - Verificando-se infração de disposição da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á auto de infração.

ARTº 166º - O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

- I - O local, a data e a hora da lavratura;
- II - O nome e o endereço do infrator, com a respectiva inscrição, quando houver;
- III - A descrição clara e precisa do fato que constitui a infração, e, se necessário as circunstâncias pertinentes;
- IV - A capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido que defina a infração, e do que lhe comine penalidade;
- V - A intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais, ou penalidades, dentro do prazo de 20 (vinte) dias;
- VI - A assinatura do agente atuante e a indicação de seu cargo ou função;
- VII - A assinatura do atuante ou infrator, ou a menção da circunstância de que o mesmo não poder ou se recusou a assinar.

1º - A assinatura do atuante não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

2º - As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam quando ao processo constem elementos suficientes para a determinação da infração e a identificação da pessoa do infrator.

ARTº 167º - O processamento do auto terá um curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres.

ARTº 168º - O atuado será intimado da lavratura do auto de infração:

- I - Pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio atuado, seu representante ou mandatário, contra assinatura recibo datado no original;
- II - Por na postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento da ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;
- III - Por publicação feita em qualquer meio de divulgação oficial do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improfícuos os meios previstos nos incisos anteriores.

ARTº 169º - Conformando-se o atuado com o auto de infração, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da respectiva lavratura, o valor das multas exceto a moratória, será reduzida de 50% (cinquenta por cento).

ARTº 170º - Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constinam prova de infração da legislação tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO - A apreensão poder compreender livros ou documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

ARTº 171º - A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficaram depositados, e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato, e a indicação das disposições legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O atuado será intimado da lavratura do termo de apreensão, na forma da intimação da lavratura do auto de infração.

ARTº 172º - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo.

ARTº 173º - O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do tempo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que

entender útil, e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

1º - A impugnação da exigência fiscal mencionará;

- 1) a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- 2) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
- 3) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- 4) as deligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuados, desde que

justificadas as suas razões;

- 5) o objetivo visado.

6)

2º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

ARTº 174º - A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de deligências quando se entender necessárias, fixando-lhes prazo, indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou pretelatórias.

PARÁGRAFO único - Julgada improcedente a impugnação, arcará com as custas o sujeito passivo.

ARTº 175º - Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa proferirá despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando-se sobre a procedência ou improcedência da impugnação.

1º - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

2º - O impugnador será notificado do despacho mediante assinatura no próprio processo, por via postal registrada ou por edital quando se encontrar em local incerto e não sabido.

ARTº 176º - Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa denegatório da impugnação, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 25% (vinte e cinco) por cento e o procedimento tributário arquivado.

CAPÍTULO II

SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

ARTº 177º - Do despacho da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário para Instância Administrativa Superior.

PARÁGRAFO único - O recurso será efeito Suspensivo da cobrança e deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação do despacho de primeira instância.

ARTº 178º - Quando o despacho da autoridade administrativa exonerar o sujeito passivo, ou o autuando, do pagamento do tributo ou de multa de valor originário superior a 25% (vinte e cinco por cento) da Unidade de Referência referida no art. 210, seu prolator recorrerá de ofício, mediante declaração no próprio despacho.

ARTº 179º - A decisão da Instância Administrativa Superior será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas primeira instância.

PARÁGRAFO único - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

ARTº 180º - A instância administrativa Superior será constituída na forma que a lei determinar.

ARTº 181º - Da decisão da Instância Administrativa Superior caberá pedido de reconsideração ao Prefeito no prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTº 182º - São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recurso salvo se sujeitas a recurso de ofício.

ARTº 183º - Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa.

ARTº 184º - Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

1º - O sujeito passivo, ou o autuado poderão evitar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, deste que efe-tuem o pagamento do débito e da multa exigidos, ou o depósito premonitório da correção monetária.

2º - Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo ou autuado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do despacho ou decisão, as importâncias referidas no parágrafo anterior, acrescidas da correção monetária a partir da data em que foi efetuado o pagamento ou o depósito.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I FISCALIZAÇÃO

ARTº 185º - Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

ARTº 186º - A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas a obrigação tributária, inclusive nos casos de imunidade e i-senção.

ARTº 187º - A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, podendo especialmente:

I - Exigir o sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente, para prestar informações ou declarações;

II - Aprender livros e documentos fiscais, nas condições e forma regulamentares.

ARTº 188º - A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada, facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

ARTº 189º - O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais deligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

ARTº 190º - Mediante intimação escrita, são obrigados a pres-tar à autoridades administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - Os tabeliões, escritas e demais serventuários de ofício;

II - Os bancos, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III - As empresas de administração de bens;

IV - Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - Os inventariantes;

VI - Os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividades ou profissão.

PARÁGRAFO ÚNICO - A obrigação prevista neste artigo não a-brange a prestação de informações, quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo em razão do cargo, ofício, fun-ção, ministério, atividade ou profissão.

ARTº 191º - Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômico financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

1º - Executam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária, e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município, e entre a União Estado e outros Municípios.

2º - A divulgação das informações, obtidas no exame de contas e documentos, constitui falta grave sujeita a penalidade da legislação pertinente.

ARTº 192º - As autoridades da Administração Fiscal do Município poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação Tributária.

ARTº 193º - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência de normas estabelecidas.

ARTº 194º - A consulta será dirigida a autoridade administrativa tributária, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, e intruídas, se necessário, com documentos.

ARTº 195º - Nenhum procedimento fiscal será promovido contra sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativo ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

ARTº 196º - Na hipótese de mudança da orientação fiscal, a nova orientação atingirá a todos os casos, ressalvado o direito que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

ARTº 197º - A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Do despacho proferido em processo de consulta não caberá recurso nem pedido de reconsideração.

ARTº 198º - Respondida a consulta, o consulente será notificado para o prazo de 30 dias dar cumprimento a eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação de cominações ou penalidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - O consulente poderá evitar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, por multa, juros de mora e correção monetária, efetuando o seu pagamento, ou depósito premonitório de correção monetária, importâncias que se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consulente.

ARTº 199º - A resposta à consulta será vinculante para Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

CAPÍTULO III DÍVIDA ATIVA

ARTº 200º - A Fazenda Municipal providenciará para que sejam inscritos na dívida ativa os contribuintes inadimplentes com as obrigações Tributárias.

ARTº 201º - Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pelo regulamento ou por decisão final proferida em processo regular.

PARÁGRAFO ÚNICO - A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

ARTº 202º - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - O nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro;

II - A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - A origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - A data em que foi inscrita;

V - Sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

PARÁGRAFO ÚNICO - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

ARTº 203º - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo da cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

CAPÍTULO IV CERTIDÃO NEGATIVA

ARTº 204º - A pedido do contribuinte será fornecida certidão negativa dos tributos dos tributos municipais, nos termos do requerimento.

ARTº 205º - Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que resslavar a existência de créditos não vencidos, sujeitos a reclamação ou recursos com efeito suspensivo, ou em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora, ou cuja exibibilidade esteja suspensa.

ARTº 206º - A certidão negativa fornecida não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

ARTº 207º - O município não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTº 208º - Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

1º - Os prazos serão contínuos, excluídos, no seu cômputo, o dia do início e incluído o do vencimento;

2º - Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, prorrogando-se se necessário, até o primeiro dia útil.

ARTº 209º - Consideram-se integrados à presente Lei as tabelas dos Anexos que a acompanham.

ARTº 210º - Além da Base de cálculo utilizado para o Imposto sobre serviços fica instituída a Unidade de Referência de Cr\$ 1.000,00 para o cálculo das Taxas.

PARÁGRAFO ÚNICO - A base de cálculo e, bem como a Unidade de referência mencionados neste artigo serão corrigidos anual e automaticamente em 1º de Janeiro, em função dos índices de atualização monetária baixados por decreto do Poder Executivo Federal.

ARTº 211º - O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer preços públicos, não submetidos a disciplina jurídica dos tributos, para quaisquer outros serviços cuja a natureza não compete a cobrança de taxas.

ARTº 212º - Esta Lei entrará em vigor em 31 de dezembro de 1977, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO 1 TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.

I - Empresas que explorem os serviços de:

Porcentual sobre o preço do serviço

- | | | |
|---|--|----|
| 1 | - Médicos, dentistas, veterinário | 5% |
| 2 | - Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstetra, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos | 5% |

3	- Laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica	5%
4	- Hospitais, Sanitários, ambulatórios, pronto-so-corro, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou re-pouso sob orientação médica.	5%
5	- Advogados ou pronsionados.....	5%
6	- Agentes da propriedade industrial... ..	5%
7	- Agentes de propriedade artística ou literária.	5%
8	- Peritos e avaliadores... ..	5%
9	- Tradutores e interpretes... ..	5%
10	- Despachantes.....	5%
11	- Economistas.....	5%
12	- Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade.....	5%
13	- Organização, programação, planejamento, asses-soria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou ad-ministrativa (exceto os serviços de assistência prestados a terceiros e concernentes a ramo de indústria ou comércio explorados pelo pres-tador do serviço).	
14	- Datilografia, estenografia, secretaria e exp-diente.....	5%
15	- Administração do bens ou negócios inclusive consórcios ou fundos muitos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras.....	
16	- Recrutamento coloração ou fornecimento de mão de obra, inclusive por empregados do prestador serviço ou por traba-lhadores avulsos por ele contratados.....	5%
17	- Engenheiros, arquitetos, urbanistas.....	5%
18	- Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos.	5%
19	- Execução, por administração, empreitada ou su-bempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços que ficam sujeitos ao CIM.....	2%
20	- Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elvadores neles instalados) estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao ICM.....	2%
21	- Limpeza de imóveis.....	5%
22	- Raspagem e lustração de assoalhos.....	5%
23	- Desinfecção e higienização.....	5%
24	- Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto acabado).....	5%
25	- Barbeiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salão de beleza;	
	Zona Nobre.....	5%
	Bairros.....	3%
26	- Banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres.....	5%
27	- Transportes e comunicações de natureza estrita-mente municipal.....	5%
28	- Diversões públicas:	
a)	Teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, taxi dancings e congêneres.....	10%
b)	Exposição com cobrança de ingresso.....	10%
c)	Bilhares, boliches e outros jogos permitidos, por mesa.....	10%
d)	Bailes, “shous”, festivais, recitais e congêneres.	10%
e)	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádios ou de televisão.....	10%
f)	Execução de música, individualmente, ou por conjuntos....	10%
g)	Fornecimento de música mediante transmissão por qualquer processo.....	10%
29	- Organização de festas “buffet” (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas que ficam sujeitas ao ICM.....	5%
30	- Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo.....	5%
31	- Intermediação, inclusive, corretagem de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos itens 58 e 59..	5%
32	- Agenciamento e representação de qualquer natu-reza, não inclui no item anterior e nos itens 58 e 59.	5%
33	- Análise técnicas.....	5%
34	- Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres.....	5%
35	- Propaganda e publicidade, inclusive, planejamento e campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio.....	5%

- 36 - Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos; carga e descarga, arrumação e guarda-volumes, inclusive guarda móveis e serviços correlatos..... 5%
- 37 - Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos de outras instituições bancárias..... 5%
- 38 - Guarda e estacionamento de veículos..... 5%
- 39 - Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço de diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços)..... 5%
- 40 - Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em consertos ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41)..... 5%
- 41 - Conserto e restauração de quaisquer objetos (exclusive, em qualquer caso o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos cujo valor fica sujeitos ao ICM)..... 5%
- 42 - Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço, fica sujeito ao ICM)..... 5%
- 43 - Pinturas (exceto os serviços relacionados com imóveis de objetos) não destinados a comercialização ou industrialização..... 5%
- 44 - Ensino de qualquer grau ou natureza..... 5%
- 45 - Alfaiates, modistas, costureiras, por serviços prestados ao usuário final, quando o material usado o de aviação seja fornecido pelo usuário..... 5%
- 46 - Tinturaria e lavanderia..... 5%
- 47 - Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados a comercialização ou industrialização..... 5%
- 48 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço exclusivamente com material por este fornecimento excetuando-se a prestação do serviço e poder público, a autarquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica)..... 5%
- 49 - Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário do serviço..... 5%
- 50 - Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive relevação, ampliação, cópia e reprodução, estúdios de gravação de “video-tapes” para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e “miscagem” sonora..... 5%
- 51 - Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior..... 5%
- 52 - Locação de bens móveis..... 5%
- 53 - Composição gráfica, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia..... 5%
- 54 - Guarda, tratamento e amestramento de animais... 5%
- 55 - Florestamento e reflorestamento 5%
- 56 - Paisagismo e decoração, exceto o material fornecido para execução, fica sujeito ao ICM..... 5%
- 57 - Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos.... 5%
- 58 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros..... 5%
- 59 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuidoras de títulos e valores e sociedade de corretores, regulamento autorizadas a funcionar)... 5%
- 60 - Encadernação de livros e revistas..... 5%
- 61 - Aerofotogrametria..... 5%
- 62 - Cobranças, inclusive de direitos autorais..... 5%
- 63 - Distribuição de filmes, cinematográficos e de “video-Tapes” 5%
- 64 - Distribuição e venda de bilhetes de loteria.... 5%
- 65 - Empresa funerária..... 5%
- 66 - Taxidermistas..... 5%

II - Quando os serviços forem prestados sob a forma de trabalho do próprio contribuinte, o imposto será devido da seguinte maneira: % sobre a base de cálculo para autônomos.

- a) Profissionais autônomos de nível universitários:
médicos e dentistas..... 3%
demais profissionais..... 2%
- b) Profissionais autônomos de nível médio..... 1,2%
- c) Demais autônomos..... 0,5%

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

% Sobre a Unidade de Referência	Ao Mês	Ao ano ou fração
1	- Indústria	
1.1	- até 10 empregados.....	18%
1.2	- de 11 a 30 empregados.....	25%
1.3	- de 31 a 70 empregados.....	35%
1.4	- de 71 a 150 empregados.....	42%
1.5	- mais de 150 empregados.....	50%
2	- Comércio	
2.1	- Bares e Restaurantes, por m2, observados o limite mínimo de 25m2.....	0,4%
2.2	- Supermercados, por m2.....	0,1%
2.3	- Quaisquer outros ramos de atividades comerciais não constante nesta tabela, por m2, observado o limite mínimo de 25 m2.....	0,3%
3	- Estabelecimento bancários, de crédito, financiamento e investimento.....	200%
4	- Hotéis, Motéis, Pensões, Similares	
4.1	- até 10 quartos.....	20%
4.2	- de 11 a 20 quartos.....	30%
4.3	- mais de 20 quartos.....	40%
4.4	- por apartamentos.....	10%
5	- Representantes comerciais autônomos, corretores, despachantes, agentes e prepostos em geral..	20%
6	- Profissionais autônomos que exercem atividades sem aplicação da capital	20%
7	- Profissionais autônomos que exercem atividades com aplicação de capital (não incluídas em outro item desta tabela).....	15%
8	- Casa de Loterias.....	15%
9	- Oficinas de consertos em geral.....	
9.1	- até 20 m2.....	10%
9.2	- de 21 m2 a 75 m2.....	20%
9.3	- de 76 m2 a 150 m2.....	25%
9.4	- de 150 m2 em diante.....	35%
10	- Postos de serviços para veículos.....	30%
11	- Depósitos de inflamáveis explosivos e similares.....	15%
12	- Pinturarias e Lavanderias.....	10%
13	- Salões de Engraxate.....	10%
14	- Estabelecimentos de banhos, duchas, massagens, ginásticas, etc.....	20%
15	- Barbearias e Salões de beleza.....	20%
16	- Ensino de qualquer grau ou natureza..	10%

17 - Estabelecimentos Hospitalares:		
17.1 - com até 25 leitos.....	100%	
17.2 - com mais de 25 leitos.....	150%	
18 - Laboratórios de análise clínica.....	30%	
19 - Diversões Públicas:		
19.1 - Cinemas e teatros com até 150 lugares.....		30%
19.2 - Cinemas e Teatros com mais de 150 lugares.....		50%
19.3 - Restaurantes dançantes, boates etc.....		15%
19.4 - Bilhares e quaisquer outros jogos de mesa:		
19.4.1 - Estabelecimento com até 3 mesas.....	15%	
19.4.2 - Estabelecimento com mais de 3 mesas.....		20%
19.5 - Boliches, para nº de pistas.....	10%	
19.6 - Exposições, feiras de amostras, quermesses.....		5%
19.7 - Círcos e parques de diversões... 10%		
19.8 - Quaisquer espetáculos ou diversões não incluídos no ítem anterior..		10%
20 - Empreiteiras e Incorporadoras.....	20%	
21 - Agropecuária		
21.1 - até 100 empregados.....	25%	
21.2 - mais de 100 empregados.....	40%	
22 - Demais atividades sujeitas a taxa da localização não constantes dos ítems anteriores		20%

NOTA: 1) A taxa de localização dos estabelecimentos constantes do item 2 (comércio) será co-brada até um limite máximo de 60% da UR. (excluído os supermercados).

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL

% Sobre a unidade de Referência

1 - Para a Prorrogação de Horário

I - Até à 22:00 horas 1% ao dia
20% ao mês
60% ao ano

II - Além das 22:00 horas 1% ao dia
20% ao mês
60% ao ano

2 - Para a Antecipação de Horário 1% ao dia
20% ao mês
60% ao ano

ANEXO IV

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE. ESPÉCIE DE PUBLICIDADE

1 - Publicidade afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade, por produto anunciado..... 5% da UR ao ano

2 - Publicidade

- I - No interior de veículos de uso público não destinados à publicidade como ramo de negócio - qualquer espécie ou quantidade, por produto anunciado 5% da UR ano ano.
- II - Publicidade sonora, em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade. Qualquer espécie ou quantidade por matéria anunciada e por veículo..... 5% da UR ao dia.
- III- Publicidade escrita em veículos destinados a qualquer modalidade de publicação. Qualquer espécie ou qualidade, por matéria anunciada e por veículo..... 2% da UR ao mês ou fração 5% da UR ao ano.
- IV - Em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou dia-positivos por matéria anunciada 5% da UR ao mês ou fração 20% da UR ao ano.
- 3 - Publicidade, colocados em terrenos, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer ou logradouros, públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais - Por matéria anunciada.... 10% da UR ano ano.
- 4 - Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos - por matéria anunciada... 5% da UR ao ano.

ANEXO V

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NATUREZA DAS OBRAS % Sobre a unidade de Referência

- 1 - Construção de:
- a) Edificação até dois parâmetros, por m² de área construída..... 0,2%
- b) Edificação com mais de dois parâmetros por m² de área construída..... 0,1%
- c) Dependência em prédios residenciais, por m² de área construída..... 0,2%
- d) dependência em quaisquer outros prédios para quaisquer finalidade, por m² de área construída.....0,2%
- e) Barragens e galpões, por m² de área construída..... 0,1%
- f) Fachadas e muros, por metro linear..... 0,3%
- g) Marquises, cobertas e tapumes para metro linear..... 0,3%
- h) Reconstrução, reformas, reparos, e demolições por m²..... 0,1%
- 2 - Arruamentos:
- a) com área até 20.000 m², excluídas as áreas destinadas à logradouro públicos..... 30%
- b) Com área Superior a 20.000 m², excluídos às áreas destinadas a logradouros públicos..... 50%
- 3 - Loteamento:
- a) Com área até 10.000, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município para m² 60%
- 4 - Quaisquer outras Obras não Especificadas nesta Tabela:
- a) Por metro Linear..... 0,3%
- b) metro quadrado..... 0,2%

ANEXO VI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE ABATE DE GADO Gado % Sobre a unidade de referência por cabeça

Bovino ou Vacum	5%
Ovino	1%
Caprino	1%
Suíno	2,5%
Equino	5%
Aves	0,05%
Outros	0,05%

ANEXO VII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ?REAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS %UR

1 - Feirantes	
1.1 - Por dia.....	1%
1.2 - Por mês.....	2%
1.3 - Por ano.....	12%
2 - Veículos	
2.1 - Por dia.....	5%
2.2 - Por mês.....	12%
2.3 - Por ano.....	30%
3 - Barraquinhas ou Quiosques	
3.1 - Por dia.....	0,2%
3.2 - Por mês.....	30%
3.3 - Por ano.....	80%
4 - Ambulante que ocupe área em logradouro público	
4.1 - Por dia.....	1%
4.2 - Por mês.....	5%
4.3 - Por ano.....	30%
5 - Quaisquer outros contribuintes não compreendidos nos itens anteriores	
5.1 - Por dia.....	3%
5.2 - Por mês.....	10%
5.3 - Por ano.....	10%

ANEXO VIII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE COLETA DE LIXO

% da UR n2 / Ano

1 - Unidade residenciais.....	0,08%
2 - Comércio / Serviço.....	0,12%
3 - Industrial.....	0,03%
4 - Agropecuária.....	0,03%

Sala das Sessões, 30 de Novembro de 1977.

VER.PRES.LAIR FURTADO / VER.VICE-PRES.ENOC JOSE NETTO / VER. SECRET.JOSE GALVA O DE SOUZA

CONFERE COM O ORIGINAL

PRESIDENTE